

## CRIME ORGANIZADO E CRISE INSTITUCIONAL

Alba Zaluar

Uma vez escrevi em memorial de tom confessional que não sabia porque havia escolhido o tema da violência que marcou minha trajetória intelectual. Ao escrever este texto, finalmente compreendi o porquê. Aos 20 anos de idade, ainda aluna desta casa, comecei a conhecer face a face os meandros do sistema de justiça brasileiro nas idas ao DOPS e à presença do coronel que presidia o Inquérito Policial Militar, no qual mais de cem jovens como eu e alguns dos nossos mais queridos professores foram indiciados pelo crime de ter idéias políticas e por elas lutar. Cruel iniciação de cujos piores horrores fui salva por ter sido acompanhada por meu pai, um médico que tratava gratuitamente de todos os seus amigos da Escola Militar, onde havia iniciado seus estudos. Um profundo sentimento de justiça me impulsionou desde então a buscar por ela onde quer que não a encontrasse, determinada a desmascarar estigmas e preconceitos que fizeram dela uma quimera no Brasil.

Não por acaso a abordagem que adotei para estudar a violência urbana, desde logo apresentada na mídia como resultado apenas da ação de pequenos e médios delinquentes que habitavam as regiões mais pobres e as favelas da cidade, procurava desconstruir os estereótipos bastante cristalizados na direita e na esquerda. Na direita, porque seriam os únicos culpados a serem encarcerados; na esquerda, por serem vítimas de um sistema iníquo que necessariamente fazia deles homens violentos e predadores. Não se fazia a conexão deste inusitado crescimento da violência entre os jovens pobres e as profundas transformações nas formas de criminalidade que se organizaram em torno do tráfico de drogas, em especial da cocaína, e do contrabando de armas, dois negócios extremamente lucrativos que atravessaram fronteiras nacionais e que passaram a mobilizar as várias máfias transnacionais com seus agentes pertencentes a classes sociais superiores. Não se falava do que representavam esses negócios no funcionamento de um mercado livre de quaisquer limites institucionais ou morais, com que nem os mais liberais entre os liberais sonharam, justamente por transacionar mercadorias ilegais.

Como já afirmei anteriormente: "As atividades econômicas ilegais, que não são poucas, por não terem controles institucionais, tendem a ser muito lucrativas para certos personagens estrategicamente posicionados em suas redes de contatos que atravessam fronteiras entre os estados brasileiros e as nações do mundo. Com tanto lucro, fica fácil corromper policiais e, porque ilegais, quaisquer conflitos e disputas são resolvidos por meio da violência. Sem isso, não seria possível compreender a facilidade com que armas e drogas, que não são produzidas ali, chegam até favelas e bairros populares; nem como as mercadorias roubadas -- automóveis, caminhões, jóias, eletrodomésticos --, usadas na troca com as drogas ilegais, alcançam os seus destinos finais no Paraguai e na Bolívia. A corrupção e a política institucional equivocada, predominantemente baseada em táticas repressivas dos homens pobres envolvidos nessa extensa malha, adicionam ainda mais efeitos negativos à já atribulada existência dos pobres nas cidades brasileiras".

A recusa em aceitar que novas formas de associação entre criminosos mudaram o cenário não só da criminalidade, mas também da economia e da política no país, atrasou em muito a possibilidade de reverter o processo. Deixou livre o caminho para o progressivo desmantelamento nos bairros pobres do que havia de vida associativa, tão importante no direcionamento de suas demandas coletivas. Deixou

espalhar-se entre alguns jovens pobres um etos guerreiro que os tornou insensíveis ao sofrimento alheio e orgulhosos de inflingirem violações ao corpo de seus rivais, negros, pardos e pobres como eles, agora vistos como inimigos mortais a serem destruídos numa guerra sem fim. E, ao final, permitiu abalar a civilidade dos moradores desta cidade, onde fora construída ao longo de décadas, principalmente pelos seus artistas populares, pelas alas dos barões retintos que passaram em conagração competitivo mas amistoso, aqui, onde sambaram nossos ancestrais.

Negar o caráter organizado da criminalidade contemporânea é negar a história. Assim apresentou-se desde os seus primórdios, no término do sistema feudal na Itália ainda durante o século XIX. Já então misturava promiscuamente negócios e criminalidade, política e favoritismos, clientelismos, fraudes eleitorais e, *last but not the least*, parcialidade na aplicação da lei ou fraude jurídica. Em outras palavras, o crime organizado na Itália seria o resultado de profundas mudanças históricas que provocaram hibridismos culturais, rearranjos da propriedade fundiária e jogos políticos complexos, tudo ao fio da navalha de uma violência sem perdão.

O que nos interessa hoje, ao usarmos a comparação histórica, é que a máfia nunca foi fenômeno rural, tradicional e de ordem pública paralela na Sicília, mas sempre esteve conectado com o controle ilegal ou ilegítimo de mercados, contratos e negócios tendendo ao monopólio econômico e à vitória eleitoral garantida. Por isso mesmo, o discurso da direita desde sempre foi o que de mafiosos seriam os pequenos delinquentes, os bandidos, os insubmissos ao serviço militar, mas não os grandes negociantes nem os políticos que protegiam. Ainda mais direitista e a teoria explicitamente racista que fala da cultura inferior e ausência de "vigor da raça" para explicar a máfia no Sul da Itália O que une todos esses discursos preconceituosos, é a idéia de que a Sicília não passava de uma sociedade violenta, bárbara e primitiva que culturalmente tendia a privatizar a coisa pública. Os italianos do norte e, posteriormente os anglo-saxões, ao sublinharem a diversidade sociocultural da ilha, a máfia como metáfora do atraso, da falta de interlocutor político ou de opinião pública, recusavam-se a enxergar, por endurecimento etnocêntrico, processos criminógenos em suas próprias sociedades que resultaram no espantoso poder assumido pela máfia no século XX, tanto em todo o território da Itália como nos Estados Unidos.

Mais um ponto de irônica coincidência entre o aparecimento do fenômeno mafioso lá e do crime organizado em torno de negócios internacionais aqui é o efeito de certa presença militar na formação de hordas de fugitivos na Itália e de marginais no Brasil. A máfia, segundo o historiador Salvattore Luppò, deriva do hiato entre a palavra e a coisa, entre a promessa do estado liberal de liberdade comercial e de opinião, igualdade jurídica, governo da lei e transparência e a realidade que não as concretiza. O governo central da Itália aplicou, por exemplo, na ilha da Sicília a Lei Pica de 1863, que permitiu ao General G. Médici recuperar os insubmissos do serviço militar, ocupando *manu militari* regiões e cidades, perseguindo os parentes dos insubmissos com a aplicação de um conceito de responsabilidade coletiva diante da autoridade militar. Em conseqüência, o número de fugitivos da "lei", que já eram 26 mil em 1863, aumentou várias vezes. O governo, isolado politicamente, fez uso de assassinos para aprisionar os fugitivos. O estado de direito demorou a se afirmar, permitindo a difusão da força privada que o atrasou ainda mais, auxiliado pelos sucessivos governos de exceção. As transações se davam entre proprietários e mafiosos, mas também entre o governo central e os bandidos, os quais deixavam passar e agir para eliminar outros bandidos, sistema adotado no período Médici. A força pública não era profissional e aprendia com capangas, vigilantes e bandidos. Ela também agiu com violência feroz e inclemente. Foi essa estratégia de centralização forçada, e não a mediterrânea cultura da desconfiança, a parteira da máfia na Sicília. Até que ponto o regime militar contribuiu para que o crime organizado se espalhasse com tanta rapidez pelo Brasil nos anos 70, e o tráfico nos anos 80, é outra história a ser contada aqui.

Na velha Sicília, veio a reação justificadora dos intelectuais parlemitanos que afirmavam não ser o mafioso um ladrão, nem um criminoso, mas "o exacerbado conceito da própria força individual... a intolerância pela superioridade e, pior ainda, pela prepotência alheia". Ele seria o homem honrado, o da omertà, derivada da raiz uomo, homem que virilmente responde por si mesmo às ofensas sem recorrer a justiça estatal. Esta era a descrição culturalista de um sistema fechado baseado na desconfiança em relação ao Estado, na justiça pelas próprias mãos, na honra, no clientelismo, no familismo amoral que retira do indivíduo a percepção de responsabilidades diante da coletividade maior, usada por advogados de mafiosos nos processos judiciais, eles próprios defensores das teorias socioantropológicas sobre os "meridionais" (aqui pode ler-se nordestinos, favelados, negros e pardos pobres). O crime organizado, ao contrário, teria aparecido justamente com a modernização, em razão do hibridismo cultural entre o velho e o novo e da complexidade política adquirida num país que custou a consolidar o estado de direito. Em 1875 já aparecem os fatos relativos à "nova máfia", delinqüente e negociista, mas atuando no moderno mercado internacional. Não estariam alguns de nossos mais brilhantes causídicos cometendo o mesmo erro?

Segundo Salvatore Luppò, autor de brilhante história da Máfia, esta como empresa não seria, então, criação dos anos 70 do século XX, fazendo feroz acumulação capitalista especialmente no narcotráfico. O velho mafioso desejoso apenas de consideração social, sem ambição de enriquecer, simplesmente nunca existiu. Arrendatários do século XIX também eram empresários, especuladores da "pólvora e do chumbo". O camponês ignorante citado por Pino Arlacchi em seu livro sobre a máfia, foi apresentado em várias fontes como cavalheiro muitas vezes milionário, fazendo negócios de enxofre na Londres de 1922. E o novo empresário mafioso, traficante de drogas e de armas, das últimas décadas do século XX, tem atividades imobiliárias, financeiras e comerciais de lavagem do dinheiro sujo que fazem dele sobretudo um *rentier*, nunca um empreendedor capitalista schumpeteriano, como sugerem alguns autores.

Enquanto negócio, a função básica do crime organizado sempre foi o *racket*, esquema que oferece proteção para garantir o monopólio da empresa, com isto intimidando física e verbalmente os traidores, os competidores, as testemunhas e os concorrentes. No mundo dos negócios, como da política, a máfia criou a desordem e a insegurança para organizar e manter sob controle a economia legal. Ou seja, não se pode menosprezar o fator extorsão em favor da proteção, o que leva o sociólogo italiano Gaetano Mosca afirmar que a vítima paga um tributo à quadrilha na ilusão de que é presente gratuito ou serviço prestado. Mais uma vez, uma entrada no mercado livre de quaisquer limites de modo a vencer sempre os concorrentes e fazer dinheiro da própria garantia de sucesso no empreendimento. A cumplicidade e a promiscuidade nas relações fizeram com que os chefões da máfia, sob a tutela e proteção de políticos e personagens influentes, viessem depois a protegerem e defenderem os últimos.

Estava criada a indústria da proteção da qual despontou o caráter duplo das atividades da máfia que remetiam a um duplo modelo de organização: a) o power syndicate, que monta o esquema da proteção/extorsão, exercitada por unidades de organizações que recebem o nome do território onde adquirem poder; b) o enterprise syndicate, que desenvolve uma rede de negócios que corta transversalmente as organizações e da qual alguns afiliados podem participar como um favor, arriscando capitais e acumulando riquezas individualmente. Os dois modelos entram em choque mas se conectam entre si, confundindo protetores (mediadores, fiadores) e protegidos. Se na máfia americana que se molda na sociedade americana, favorece o crime negócio ou o modelo da empresa, isso não reduz a máfia siciliana a uma forma de clientelismo de padrinhos e clientes reproduzido em parte pelos italianos nos EUA.

Pensar de outro modo é negar-se a considerar a organização montada para extrair grandes lucros de negócios legais e ilegais, bem como o papel crucial exercido pela violência nela.

Tampouco deve-se entender a máfia como poder paralelo visto haver uma necessária conexão entre ela, a polícia e as instituições. Criminosos empresários relacionam-se com pessoas importantes, políticos, policiais e juízes. O conceito de anti-Estado é exagerado nesse sentido, pois o crime organizado está ligado ao poder oficial e é preciso estar atento às reviravoltas dessas redes fluidas dos personagens públicos e exteriores à organização criminosa que se imiscuem com ou se sobrepõem a ela.

Contudo, ainda segundo Salvatore Lupo, o crime organizado guarda muita coisa de sociedade secreta, com seus rituais iniciáticos. Por isso mesmo nega a cultura generalizada, tradicional e fechada; o iniciando torna-se novo ser, tabula rasa para receber o conhecimento e a ordem do grupo. A omertà é um dos lados da moeda, cujo outro lado é a subordinação à vontade da organização, ou seja, a umiltà. Como nas organizações maçônicas, no crime organizado o delator é chamado de infame e a organização está sempre pronta a matar ou denunciar os seus inimigos por cartas anônimas ou por vias secretas à polícia. Fazem regulamentos e estatutos, além de dispor de autoridades legislativas e tribunais que decidem e punem sem clemência. Na Itália, a ruptura só acontece em 1979 quando a máfia torna-se terrorista, assassinando juízes, políticos honestos, políticos corruptos, rompendo com seu passado prudente de mimetismo e acordos com o poder constituído. No Brasil, a publicação recente dos documentos que continham o regulamento do Comando Vermelho, bem como a aplicação da pena máxima para quem ouse denunciar ou prejudicar os negócios das quadrilhas que controlam favelas e bairros pobres de várias cidades brasileiras, apontam na mesma direção. Não há mais como negar o que se torna cada vez mais evidente. E aqui também o desespero ou a bravata tem feito traficantes deixarem os limites protegidos pelos arranjos de poder para invadir o espaço urbano até pouco tempo respeitado. Teremos também formas de terrorismo já encontrados em outros países? As últimas atividades conjuntas do PCC e Comando Vermelho fazem crer que sim.

Ainda não se fez, no Brasil, uma história do crime organizado, desde aquele que sempre presidiu a legalização da propriedade fundiária até o mais recente do tráfico ilegal de drogas que tornou as redes mais extensas, mais globais e muito mais difíceis de serem controladas. Apenas nos últimos anos a investigação policial e a dos promotores e procuradores do Estado permitiu começar a levantar o véu que encobria a crucial participação de políticos, empresários, negociantes em diversos esquemas de lavagem do dinheiro fruto da corrupção ou de negócios excusos, o véu que afirmava a correlação entre pobreza e criminalidade, sem complexificar os processos de interconexão entre várias atividades ilegais de personagens com diferentes origens sociais. Recentemente soube-se da fórmula elaborada em São Paulo para tirar dinheiro dos cofres públicos via superfaturamento de precatórios, cujos mesmos personagens, de famílias importantes e grandes partidos políticos também participam do esquema de remessa de dinheiro para o Exterior e de troca de reais para dólares, além dos imóveis comprados em nome de terceiros, sempre colocados em nome de laranjas. Ainda há muito a desvendar no que se refere aos muitos tráficos existentes no Brasil.

Portanto, lá como cá, também foram os bandidos pobres e pouco importantes que sempre pagaram na prisão os crimes dos ricos ainda tão impunes. Na Sicília, em pleno século XIX, formaram-se quatro anéis ou redes na cadeia em torno das quais se colocaram miríades de guardiões, ladrões, bandidos e policiais. Contudo, essas redes pouco tinham a ver com a solidariedade familiar, o clientelismo e a amizade que Hess e Anton Blok apontam como a quadrilha camponesa no sul da Itália. Já em 1866, o presídio palermitano é definido como a "universidade do crime" e o "governo das quadrilhas". Já vimos esse

filme. Nem é a máfia forma primitiva de luta de classes, como afirmou Hobsbawn, pois não há na sua ideologia nenhum socialismo salvador que trará a modernidade. Ao contrário, os mecanismos mafiosos se consolidam e se tornam autônomos na lógica da proteção/ extorsão.

Tampouco a existência de conflitos negaria a organização, pois, ao contrário, a guerra explode quando um se divide em dois. Também o uso do modelo do mafioso (ou do traficante favelado) notável, protetor e mediador, subestimaria o papel da violência na definição da hierarquia e das ascensões muito rápidas, sempre necessitando confirmação do poder do chefe. Numa organização de dupla função ou linhas -- a do poder, que cuida da proteção/ extorsão em estrutura territorial estável -- e a organização empresarial, que cuida dos negócios ilícitos, esta minimizando os riscos através da confiança das relações pessoais, muito mais difícil quando o tráfico de drogas passa a dominar -- é claro que a violência tem papel crucial. No tráfico de drogas, pela extensão da rede e as muitas possibilidades de deixar rastros na sua passagem, os criminosos estão mais expostos à delação e à traição. Os contatos externos ameaçam a unidade da organização familiar, nuclear ou local, que fornece a permissão para que seus membros possam participar dos negócios. Na linguagem da favela, é preciso ter conceito e ganhar a consideração dos chefes para poder traficar. Mas aqui as relações de parentesco (consangüíneo ou de compadrio) não garantiram nunca a estabilidade dos laços de confiança mútua, muito precários e sujeitos a crises, imediatamente desencadeadoras de conflitos violentos. Portanto, não são os negócios que desencadeiam todos os conflitos, mas a dinâmica do tráfico em questão e a ocupação de determinado setor em detrimento de outras unidades de organização e de outras pessoas.

Com o *boom* do negócio das drogas no final dos anos 70, chefes sicilianos como Buscetta e Badalamenti adquiriram poder internacional, permitindo a transferência de rios de dinheiro do novo para o velho mundo pelos canais bancários, principal pista seguida pelo juiz Falcone. Uma terceira máfia se forma, nem ítalo-americana, nem siciliana, a máfia negociante do tráfico, independente de ambas, que assinala uma fragilidade adicional aos complicados jogos de interesse e poder dos negócios fora da lei. Em 1977, assinala-se o momento crucial da conexão século-americana, seguido de muitas mortes, em torno de mil ou quinhentas, entre 1981 e 1982 com a acusação de avidez desmedida pelo dinheiro de alguns mafiosos. O *power syndicate* vence os negociantes da droga perseguindo e matando membros de suas famílias, mesmo crianças e mulheres, e se apoderam dos lucros e do controle sobre o tráfico. Disso resulta divisões dentro das famílias, que desaparecem como unidade básica da organização em favor das redes comerciais mais extensas, pois todos os membros da família queriam comerciar. John Gambino, recentemente falecido, vai para a Itália para renegociar, pois os caminhos tinham se interrompido. Em fevereiro de 1984, Badalamenti telefona do Rio de Janeiro para os Estados Unidos afirmando que a eles cabia o tráfico de heroína. Também no Brasil, Buscetta é preso e interrogado por Falcone, depois de ter dois filhos e irmãos assassinados pelo *power syndicate*. Teria sido mero acaso ou férias na praia a razão da presença de tão importantes mafiosos no Brasil, justo quando se registra a ascensão geométrica das taxas de homicídio entre nós e se inicia a cópia do modelo de gangues armadas nas favelas do Rio de Janeiro e outras cidades brasileiras?

Neste país, pelos dados que nós temos, talvez a desigualdade seja ainda mais impressionante no que se refere ao tratamento diferenciado que as polícias, principalmente a Polícia Civil e Militar de cada Estado dão aos moradores das cidades. Nós todos trabalhamos com a idéia de que há uma polícia para os pobres e uma polícia para os ricos, isso foi bastante reforçado durante o Regime Militar. Durante a pesquisa que eu fiz em três bairros no Rio de Janeiro as respostas dadas pelos policiais confirmaram inteiramente isso. Em Copacabana eles disseram “Aqui a gente não pode bater.” Em Madureira eu não preciso adiantar muito mais para vocês e Vigário Geral está perto de Madureira, o famoso Batalhão dos Corredores

também se encontra por lá.

Além disso, as taxas de homicídio têm percentuais muito diferenciados, extremamente desiguais. Quanto nós correlacionamos com gênero, são homens; quando nós correlacionamos com a idade, são jovens; e quando nós correlacionamos com a renda, são pobres. Mas o que mais me impressionou em todos esse dados, foi um dado particularmente raro em relação à desigualdade, que foi obtido numa pesquisa da PUC de São Paulo e se refere às taxas de homicídio da região metropolitana de São Paulo. Nos homens, na faixa de idade dos 15 aos 44 anos, onde está concentrado o maior número de homicídios, nas várias regiões metropolitanas do Brasil, e também em São Paulo, os homens com 12 ou mais anos de estudo, têm uma taxa de mortalidade de 40 em cada 100.000 habitantes. Com a escolaridade zero a 3 anos de estudo, essa taxa sobe para 454 por cada 100.000 habitantes, ou seja, é 41 vezes maior.

De mais a mais, é importante lembrar esse vazio institucional, esse vazio do Estado, não se refere à ausência de escolas, de postos de saúde, de quadras de esporte, até de Vilas Olímpicas que, no Rio de Janeiro, estão sendo construídas em vários locais. Esse vazio é principalmente pelo fato de que o nosso sistema de Justiça no que se refere aos crimes contra a pessoa, e que afetam principalmente os pobres. São os homens jovens e pobres que estão morrendo em taxas absurdamente altas que têm pouco a ver com a nossa histórica política, institucional, cultural que é diferente da Colômbia, por exemplo.

Apenas 4.6% dos Boletins de Ocorrência, estudados por Renato Lima em SP, tinham autoria mais o motivo desencadeador registrados no documento. Para a elucidação do homicídio, é evidente que esses dois elementos são fundamentais. Outros 4.6% tinham só a autoria. Ou seja, só 9% permitiriam prosseguir nas investigações até tornarem-se inquérito, processo judicial e chegar à sentença judicial. Renato concluiu, desse número muito pequeno de B.O.s que ele analisou, que os motivos são sempre interpessoais, ou seja, são pessoas próximas umas das outras, seja da mesma família, seja parentes, vizinhos, que acabam entrando em qualquer tipo de desentendimento, em brigas de bar, e terminam com um dos dois mortos. Ou seja, 90% dos homicídios estariam fora dessa interpretação visto não terem o mínimo de informações necessárias para o seu esclarecimento.

Um outro dado impressionante é que 66% das declarações de óbito não têm especificado o local onde a pessoa foi morta. Segundo 23% dos Boletins de Ocorrência, a morte teria se passado na via pública, mas analisando 79% das vítimas fatais, ou morrem na via pública, ou chegam ao hospital sem vida, ou morrem na emergência antes de serem internados. Isso significa dizer que as pessoas estão morrendo como moscas e que nós não temos um registro minimamente adequado para fazer com que haja uma possibilidade de descobrir os autores, condená-los e fazer com que todos percebam que esse é um crime muito grave e que o Estado, tanto quanto a sociedade, reage ao fato de que tal ação acontece.

Portanto, não é à toa que o homicídio tem crescido tanto nas regiões metropolitanas do Brasil, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, Recife, Campinas e, agora, Belo Horizonte, onde até meados dos anos 90 não tinha subido tanto. O Rio de Janeiro triplicou nos anos 80 (de 22 por cada 100 mil habitantes em 1980 para 63,7 em 1995 e 41,9 em 2000); São Paulo conseguiu essa façanha até 1995 (de 21 por cada 100 mil habitantes para 43 em 1995 e 59 em 2000) e Belo Horizonte começa a sua ascensão no final dos anos 90. Além disso, em Vitória a taxa de homicídios é a maior do país (em 2000, 100,9 por cada 100 mil habitantes). Alguns outros dados podem nos situar o quadro grave a enfrentar no que se refere aos setores mais atingidos. Já é mais do que sabido que as mortes violentas afetam principalmente os jovens entre 14 e 25 anos, mas as taxas atingidas em algumas metrópoles são realmente assustadoras no que se refere ao homicídio, especialmente por arma de fogo. Segundo o Sistema de Informações de

Mortalidade (MS), o crescimento das mortes violentas no Brasil como um todo no decorrer da década de 1980 (de 9% para 12% do total de mortes) coloca o país no mesmo patamar da Venezuela, México e Panamá. Os índices brasileiros já são o dobro dos registrados nos Estados Unidos. Destas mortes violentas, em torno de 55% são homicídios. É na Região Sudeste que as mortes violentas ou por causas externas atingem o coeficiente mais alto do país entre os jovens do sexo masculino, mantendo um aumento notável, desde 1980, nas faixas etárias de 15 a 19 anos (de 110,7 em 1980 para 170,6 em 1995) e de 20 a 24 anos (de 177,4 em 1980 para 269 em 1995). O Estado do Rio de Janeiro registra as taxas mais altas da região: na faixa entre 15 e 19 anos a taxa cresce de 158,3 em 1980 para 275,4 em 1995; entre 20 e 24 anos, vai de 265,2 em 1980 para 415,7 em 1995, números que caracterizam um estado de guerra e tem conseqüências marcantes sobre a pirâmide de idade da população.

Também no Brasil são as armas de fogo que fazem o maior estrago. Segundo a mesma fonte, entre 1980 e 1995 a taxa de homicídios por armas de fogo no país como um todo subiu de 10 (por 100 mil habitantes) para 38,18 entre os homens de 15 a 19 anos e de 21,66 para 63,68 entre os homens de 20 a 24 anos. Trata-se, basicamente, de um fenômeno masculino, apesar do aumento significativo também no número de mulheres vítimas deste tipo de homicídio (5% ao ano). Após um crescimento sistemático entre os anos de 1980 e 1995, a mortalidade masculina tornou-se 16 vezes superior à mortalidade feminina no grupo etário dos 20 aos 24. Observa-se ainda que este é um fenômeno sobretudo da Região Sudeste: 60% dessas mortes ocorreram na região, 25% somente na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. No Grande Rio, a taxa de mortalidade por armas de fogo subiu de 59 (por 100 mil habitantes) em 1980 para 184 em 1995 na faixa de idade de 15 a 19 anos; na faixa dos 20 a 24 anos, aumentou de 111 para 276 -- taxa maior do que a encontrada entre os negros norte-americanos da mesma idade.

Diante disso, eu vejo que há muito pouca preocupação na mensuração do que isso significa para esses índices - o IDH e outros que foram sugeridos aqui hoje. Nós sabemos também que no Rio de Janeiro, apenas 8% dos inquéritos, que é algo que se segue ao Boletim de Ocorrência, se transformam em processos e são levados a julgamento. Desses, apenas 1% têm sentença. A impunidade nessa área dos homicídios, que é o crime maior porque fere um princípio básico dos direitos civis, que é o direito à vida, é imensa. As estatísticas internacionais são dificilmente comparáveis, mas eu não conheço nenhum outro país que mantenha, com uma certa regularidade, estatísticas oficiais acerca de homicídios e que apresente uma taxa de homicídios não-resolvidos tão alta.

Há mais de 20 anos eu pesquiso violência especialmente relacionada ao tráfico de drogas. Nós sabemos, pelas pesquisas realizadas, como em todo o crime organizado no resto do mundo, vigora a lei de silêncio, vigora o terror que é sistematicamente provocado por uma série de medidas intimidadoras de testemunhas, de parentes das vítimas, vizinhos etc., a fim de que nada seja descoberto acerca dos crimes cometidos.

Mas esse quadro está longe de ser uma exclusividade brasileira. Segundo o Conselho Social e Econômico das Nações Unidas (1994) o crime organizado transnacional hoje tem a capacidade de expandir suas atividades a ponto de ameaçar a segurança e a economia dos países, particularmente os que estão em transição e desenvolvimento, e representa o maior perigo que os governos têm que enfrentar para assegurar sua estabilidade e a segurança de seu povo, a preservação de toda a tessitura social, e a continuidade de seu desenvolvimento.

No que se refere ao tráfico de drogas, muitos estudos internacionais apontam que, na ponta do consumo, a demanda que garante os altos lucros do empreendimento ou da "indústria da droga", como o chamam

alguns (UNDCP, 1997), seria decorrente tanto de mudanças nos estilos de vida, que por sua vez teriam modificado o consumo, quanto da montagem de círculos viciosos para os usuários abusivos de drogas que já enfrentam variados problemas socioeconômicos, tais como repetição ou baixo rendimento escolar, desemprego, discriminação, pobreza, conflitos familiares etc. As mudanças no consumo observadas como um dos efeitos do processo de globalização - do consumo familiar para um consumo "de estilo", muito mais caro, que inclui o uso de drogas - favoreceu igualmente o aumento impressionante verificado em certos crimes contra a propriedade (furtos e roubos) e contra a vida (agressões e homicídios).

No Brasil, as drogas ilícitas continuam criando focos de conflito sangrento nos territórios da pobreza. O governo sempre adotou medidas repressivas no combate ao uso de drogas e a polícia tem um enorme poder em determinar quem será ou não processado e preso como traficante, crime considerado hediondo. No que se refere à administração da justiça, jovens pobres e negros ou mulatos são presos como traficantes o que ajuda a criar a super-população carcerária, além de tornar ilegítimo e injusto o funcionamento do sistema jurídico no país. Policiais costumam prender meros fregueses ou pequenos repassadores de drogas (aviões) para mostrar eficiência no trabalho. A quantidade apreendida não é o critério diferenciador e nem sempre as outras provas materiais, tais como agendas telefônicas e armas, são registradas na ocorrência policial, impossibilitando qualquer investigação séria posterior. Aquela indefinição, que está na legislação, favorece o abuso do poder policial o que, por sua vez, vai inflacionar a corrupção que apaga as outras provas.

No Rio de Janeiro, onde coordenei trabalho de campo feito pelos meus assistentes de pesquisa em três bairros, concluímos que, apesar de grandes diferenças nos circuitos do lazer, os usuários eram na maioria usuários sociais. Não foi em relação aos estilos de consumo que os usuários frequentadores dos três bairros se distinguiram. Neles notou-se sempre a busca da privacidade e de um uso discreto para “não dar na vista” nem assustar os demais frequentadores dos mesmos locais de boemia, fosse por causa da repressão policial ou porque todos se conhecem no bairro e a família do usuário acabaria tomando conhecimento de seu “vício”. Nesses casos, os usuários procuram não exceder na quantidade para não ‘dar bandeira’: olhos arregalados, agitação, descontrole emocional etc. Isso não quer dizer que não existam usuários pesados, mas estes passam por sérias dificuldades no relacionamento com os demais usuários e mesmo com os traficantes que não os respeitam nem os apreciam por chamarem a atenção da polícia e terem problemas no pagamento das dívidas.

Por causa desse estilo predominantemente apreciado, ao construir a sua própria imagem, o usuário de Copacabana ou da Tijuca ou ainda de Madureira evita classificar-se como alguém dominado pela droga ou capaz de qualquer coisa para obtê-la, escapando dos estereótipos do marginal. Só aqueles que foram entrevistados quando já estavam sob tratamento admitiram o vício e a associação com outras práticas criminais. Essa construção do usuário social, mesmo entre consumidores de cocaína, falava no “comedimento”, na possibilidade de “parar quando quiser”, no uso noturno ou em situações festivas, para diferenciar do “viciado” que seria desmesurado, compulsivo e começaria a “usar já pela manhã”, além de combiná-la com outras, num uso múltiplo de drogas legais e ilegais que combinavam principalmente álcool e cocaína. Por outro lado, diferentemente do que ocorria no passado nesses espaços da intimidade, não há registros de consumo de drogas por via intravenosa nos espaços públicos hoje frequentados pelos usuários mais práticos e mais preocupados com a detecção do uso por terceiros no local.

No caso específico da maconha e da cocaína, verificou-se a importância do grupo e do ambiente na decisão de consumi-las e na continuidade do uso. Todos os entrevistados que experimentaram drogas ilegais – permanecendo ou não como usuários – registraram que a primeira experiência ocorreu em

situações coletivas, às vezes em momentos não corriqueiros tais como acampamentos, viagens e festas. Por isso mesmo, aqueles que interromperam momentânea ou definitivamente a trajetória de usuários de drogas ilegais, invariavelmente se afastaram do grupo e do ambiente associado a essa prática. Os que voltaram a usar, mesmo após tratamento e desintoxicação, afirmam que retornaram por causa do encontro com os amigos e conhecidos que continuavam freqüentando os mesmos circuitos e locais de lazer em que as drogas ilegais são comercializadas e compartilhadas.

Isso não quer dizer que não comentem como, no estado de dependência química, o uso permanente esfacela as relações mais estreitas de sociabilidade. A maioria dos usuários entrevistados reconhece o desgaste físico provocado pelas drogas ilegais, como a cocaína, por vários deles denominada de “maldita”, e se preocupa com o uso contínuo e obcecado quando se tornam ‘travados’, ou seja, tensos, calados e pouco afetos ao contato social.

Embora haja alguns usuários múltiplos de maconha e cocaína, em geral formam grupos distintos que não se misturam. O *etos* e as imagens associadas a cada uma dessas drogas também divergem entre si. Para alguns usuários, a maconha teria um *etos* bucólico, com referências ao dia, ao campo, à natureza, à comida, à saúde, ao ócio e à paz. Já a cocaína, seria associada a um uso mais urbano e artificial, à saída noturna para boates, ao viver agitado, à degeneração do corpo, e à guerra. Ela também é usada a fim de potencializar a capacidade produtiva, especialmente no trabalho noturno, como o de jornalistas, bancários, caminhoneiros, vigias etc. Entrevistados nos três bairros assinalaram que, entre os efeitos desejados estão a euforia, a “adrenalina”, a “ligação”, “o ficar aceso” atribuídos à cocaína; o “estar chapado” ou “ficar lesado”, “desligado”, devido à maconha.

Segundo usuários, por causa da cocaína, "o cara mata, não tem amizade, não tem nada", o que nos indica a maior associação entre o traficante e o usuário quando a droga é a cocaína. Vários afirmaram ter visto "gente se destruir" e homens que "deixam de querer saber de mulher" ou “que viram mulher”, “ que se prostituem para pagar o vício”, assertiva que foi confirmada pelas histórias de vida de prostitutas e michês ouvidos em Copacabana. Os estilos de uso não são, portanto, conclusivos na interpretação dos diferenciais de crimes observados nos três bairros.

Faz parte do contexto cultural e institucional da formação dessas sub-culturas a própria atitude dos outros agentes governamentais e dos outros grupos sociais em relação aos usuários de drogas. As imagens negativas, os preconceitos, o medo que, no Brasil, chegam às raias da demonização do viciado, contribuem decisivamente para a cristalização dessa sub-cultura marginal e dos tons agressivos e anti-sociais que algumas vezes adquirem. A violência e o arbítrio policiais, derivadas do poder de iniciar processos criminais contra o usuário, criam em torno dele um círculo infernal de insegurança, perigo e incentivo ao crime.

Mas não se pode concluir daí que todos os usuários de drogas são iguais ou mesmo que professem o mesmo credo cultural. Nada mais enganoso. Pesquisas feitas em todo mundo sugerem diferenças em graus de envolvimento ou de relação com a droga e com o grupo - se a tomam nas horas de lazer ou diversão ocasionais, se ela é central na definição de um estilo de vida alternativo compartilhado com outras pessoas, ou se ela é o eixo na definição da identidade individual do usuário compulsivo.

Mesmo entre os jovens pobres usuários de drogas existem diferenças. Mas não seria exagero afirmar que, entre os pobres, existe maior pressão para o envolvimento com os grupos de criminosos comuns, por conta da facilidade de entrar em dívida com o traficante, da facilidade em obter arma e estímulo para a ação criminosa, da facilidade de esbarrar na repressão policial que prende os "maconheiros" pobres para

acrescentar números na sua folha de serviços, bem como da dificuldade em encontrar atendimento médico e psicológico quando vem a ter problemas reais no uso e controle das drogas.

Os usuários, sejam eles sociais ou abusivos, têm que fazer um cálculo entre os riscos advindos da repressão e corrupção policial, que andam juntas principalmente nas favelas e algumas ruas asfaltadas dos bairros estudados, e os perigos das transações com os traficantes do morro. Em relação a estes últimos, afirmam que é preciso “saber entrar” e “saber sair” na transação com os traficantes de favela para não correrem risco de vida. Entretanto, os traficantes de favelas na Tijuca e em Madureira controlam mais facilmente as ruas do bairro, seja para impedir que vendedores independentes comerciem drogas por ali, seja para demonstrar o seu poder de fogo, não sendo incomum vê-los andarem armados. Quando um vendedor não autorizado é identificado pelos “donos” das bocas de fumo (por extensão, das favelas), eles são ameaçados de morte. Se continuarem a exercer a atividade, competindo com o pessoal da quadrilha, são mortos. Nesses dois bairros, é preciso ter conceito e permissão do dono para vender drogas na Tijuca. Por causa da proximidade dos morros e das pequenas gargantas onde ficam as moradias do asfalto, as guerras entre as diversas quadrilhas ligadas a comandos diferentes, bem com os tiroteios para resolver pequenos acertos, invadem as casas dos moradores, seja das favelas, seja do asfalto, tiram a paz e a tranqüilidade do bairro residencial e conservador. Os tiros atingem as casas, matando gente que assiste televisão ou dorme.

Um grupo estável de pessoas conquista a confiança dos “donos” ou seus gerentes, o que denominam de “ser conceituado”, e compram previamente uma quantidade de drogas com a finalidade de vendê-la por preços majorados em locais de intensa movimentação noturna. Nesse último caso, estaria mais próximo do “avião” ou repassador que adquire, com certa assiduidade, a droga junto aos traficantes dos morros, em consignação, ou seja, recebe antecipadamente certa quantidade para posterior pagamento. Nessa última situação, é necessário o estabelecimento de uma relação de confiança maior que, com a continuidade do processo, tende a aumentar – é o que chamam “ganhar conceito” --, possibilitando ao repassador a aquisição de quantidades cada vez maiores. É nesse processo que as pressões para um envolvimento maior nas demais atividades da quadrilha, e os possíveis conflitos daí advindos, podem se dar. O ideal seria permanecer como “considerado”, alguém que adquire amizade, mas não se envolve, nem vira “inimigo”, “cachorro”, “cabeça fraca” igual aos outros traficantes. Ter ganho dinheiro na rua como repassador pode vir a chamar a atenção dos próprios traficantes e também dos policiais: a pessoa “fica pixada”. Entrevistados sugeriram que, então, “a situação se torna sinistra” e é preciso abandonar o bairro, até mesmo a cidade: “tem que sumir”.

O estilo do tráfico na Tijuca, assim como o de Madureira, poderia ser resumido como aquele diretamente controlado pelos traficantes de favela, caracterizado pelo uso corriqueiro da arma de fogo para controlar o território, cobrar dívidas, afastar concorrentes e amedrontar possíveis testemunhas. Isso marca uma diferença crucial em relação a Copacabana que tem um estilo discreto em que o traficante assume a clandestinidade e não controla territórios.

No que se refere às políticas públicas, além das anomalias assinaladas por diversos autores, tais como a fragmentação institucional e a centralização decisória que, entre outros problemas acarretou a burocratização dos serviços públicos, temos o total desrespeito às garantias constitucionais que limitam a ação da polícia. Revistas humilhantes, provas plantadas, processos pelo porte de droga com a caracterização de crime de tráfico (que é considerado hediondo) dependendo do arbítrio do policial, resultam em prisões injustas ou em extorsões ilegais.

Nos hospitais públicos em que existem programas de tratamento de viciados todos os problemas apontados coalescem de forma trágica. Normas internas rígidas, atendimento precário por falta de equipamentos e de pessoal tecnicamente qualificado, atraso nos calendários, burocratas sem compromissos com os objetivos humanos e políticos desses programas prejudicam a ação dos poucos médicos realmente mobilizados neles. Os efeitos negativos dos internatos, que criam outras formas de exclusão dos viciados, já foram bastante apontados na literatura. Vão desde os danos à identidade pessoal e a dignidade do usuário até ao artificialismo embutido na não reincidência do uso da droga porque baseada no isolamento do usuário de seu grupo de referência, ou seja, do grupo de usuários que formam o contexto cultural e social do uso.

Sendo assim, é claro que não adianta quase nada a prisão de meros repassadores de drogas, pequenos ou médios intermediários nos vultosos negócios ilegais, em geral homens jovens de origem humilde, que operam em redes secretas, mas com ligações com negócios legais e com as instituições do país. Essa criminalidade exige um novo tipo de investigação que não permaneça na superfície dos vasos capilares, facilmente substituíveis no exército de jovens pobres disponíveis em qualquer cidade brasileira, cada vez mais dispostos a matar. É isso que policiais desalentados chamam “enxugar o gelo”. Aumentar as penas para tráfico, assaltos etc., assim como aumentar o número de viaturas ou o efetivo policial, já provaram ter, em diversas pesquisas internacionais, muito pouco impacto na redução deste tipo de criminalidade. Precisamos, sem dúvida, de uma nova polícia que se nutra da confiança e da cooperação da população local, mas que também possa realizar as investigações profissionais necessárias ao desmantelamento de tais redes, chamadas pela polícia de Chicago, que reúne polícia comunitária com polícia investigativa e técnica, de “conspiração da esquina”. A capacidade de negociar com membros de quadrilhas para obter sua cooperação também já se revelou de crucial importância na Itália. Por fim, há exemplos no mundo todo de como uma punição bem mais rigorosa, como tenho repetido nos últimos anos, com os crimes efetuados com porte de armas vai eliminar a racionalidade perversa que induz até mesmo pequenos assaltantes a usarem armas mortíferas para aterrorizar suas vítimas, amedrontar testemunhas e aumentar seu poder de barganha com policiais corruptos.

No entanto, uma outra barreira crucial, menos sublinhada mas presente, pode vir a impedir a cooperação: o medo que vizinhos trancafiados têm dos criminosos. O temor ou o terror não é eliminado milagrosamente com a adoção de um "policiamento voltado para a comunidade", especialmente naquelas áreas em que os criminosos adquiriram muito poder por conta da desagregação das associações entre os moradores. Esse fato é mencionado em Detroit, onde os policiais que atuavam nos minidistritos dominados pelo tráfico de drogas tinham por objetivo, não a prisão dos traficantes, mas a retomada das ruas para os moradores. Na verdade, esperavam apenas mostrar aos moradores sua presença ali para garantir a ordem pública.

O problema é que onde não há organização social ou a "comunidade" é fraca, vizinhos têm medo um do outro. Pior, onde traficantes bem armados impedem até mesmo a entrada de qualquer agente do estado, como acontece nas favelas das maiores regiões metropolitanas do Brasil, o que fazer para instaurar uma nova polícia? Aqui temos, portanto, um duplo desafio, destruir o terror instaurado pelos comandos armados de traficantes em muitas áreas e restaurar a confiança numa polícia também afetada pelo poder militar e corruptor dos primeiros. E sem uma polícia investigativa e profissional para dar o passo inicial no desmantelamento das redes do crime negócio, a nova polícia confiável e civil ficaria também adscrita às áreas já privilegiadas da cidade. Ou teria que fazer um acordo de coexistência pacífica com os poderosos e ricos negociantes de armas e drogas que deixaram "tudo dominado" nas áreas mais pobres há anos, um jogo de conseqüências imprevisíveis.

o caráter organizado dessa nova criminalidade que, desde os seus primórdios, no fim do sistema feudal na Itália já em pleno sé

No entanto, não ha dúvidas de que, com tanta esperança e enquanto houver os que acreditam e fazem as mudanças necessárias, podemos cantar com nosso poeta: vai passar.